



Nome do Candidato:	
CPF:	

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR EM DIREITO – Edital nº 3/2022

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

1ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

1. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correta a seguinte afirmação:

- (A) A certidão de Dívida Ativa deve conter o fundamento legal da cobrança. Caso o Poder Judiciário reconheça, por decisão transitada em julgado, a inconstitucionalidade da legislação que fundamentava a exigência de parte do crédito tributário, o título executivo será considerado nulo e, por consequência, a execução fiscal será extinta.
- (B) A atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal depende do atendimento de três requisitos: apresentação de garantia; relevância da fundamentação; e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) A petição inicial do processo de execução fiscal deve ser acompanhada do título executivo extrajudicial (certidão de dívida ativa) e do demonstrativo de cálculo da dívida.
- (D) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que demandem dilação probatória.

2ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

2. A responsabilidade tributária é um dos temas mais importantes para a atuação judicial da Fazenda Pública. Ao mesmo tempo, é um campo tão repleto de controvérsias, que depende de definições jurisprudenciais. Considerando, então, as teses firmadas pelo Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar, corretamente, que:

- (A) No caso de dissolução irregular da sociedade empresária devedora de tributos, a pretensão de redirecionar a execução fiscal para os sócios gerentes prescreverá em cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica, independentemente de demonstração de inércia da Fazenda Pública.
- (B) Os sócios de sociedades por quotas de responsabilidade limitada são responsáveis, pessoal e solidariamente, pelos débitos tributários com destinação previdenciária que forem

inadimplidos pela pessoa jurídica de que fazem parte.

(C) O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.

(D) A falta do pagamento do tributo constitui infração à lei apta a configurar circunstância que acarreta a responsabilidade do sócio administrador, prevista no art. 135, III, do CTN.

3ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

3. Acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), a afirmação compatível com o Código de Processo Civil (CPC) é:

- (A) O IDPJ é dispensável quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial do processo.
- (B) O IDPJ constitui processo incidental, sendo resolvido por sentença.
- (C) O IDPJ é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, mas não é admissível nos procedimentos de execução.
- (D) O IDPJ não se aplica aos casos de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

4ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

4. Por força do art. 174 do Código Tributário Nacional, o marco inicial da prescrição do crédito tributário corresponde à:

- (A) Data da ocorrência do fato gerador.
- (B) Data do vencimento do tributo, caso não tenha sido declarado pelo sujeito passivo ou lançado pela Administração Tributária.
- (C) Data da sua constituição definitiva.
- (D) Data da inscrição do crédito em dívida ativa.

(SEGUE NO VERSO)



Nome do Candidato:	
CPF:	

5ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

5. O agravo de instrumento:

- (A) É cabível contra decisões interlocutórias proferidas no processo de execução fiscal.
(B) Não é cabível contra decisões interlocutórias que definiram tutelas provisórias.
(C) Deve ser instruído com cópia integral do processo no qual foi proferida a decisão recorrida.
(D) É cabível contra as sentenças proferidas no processo de execução fiscal.

6ª Questão. Certo ou Errado. Julgar cada item individualmente. Valor: 0,25 ponto por acerto.

6. A respeito do parcelamento do crédito tributário, julgue os itens abaixo como corretos (C) ou errados (E):

C	E	Assertivas
		É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
		A penhora requerida, determinada e cumprida durante o parcelamento deverá ser desconstituída.
		O parcelamento realizado após a penhora de dinheiro importa na desconstituição desta.
		O parcelamento é modalidade de garantia da dívida.

7ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

7. Sobre a transação, enquanto modalidade de negociação aplicável ao crédito tributário, pode-se afirmar o seguinte:

- (A) No âmbito federal, ainda não foi implementada a transação, por falta de regulamentação das disposições do Código Tributário Nacional.
(B) Foi implementada no âmbito federal, oferecendo negociações e descontos uniformes e padronizados aos contribuintes. A grande crítica que sofre, portanto, é o tratamento indistinto para todos os contribuintes.
(C) A adesão à transação extingue o crédito tributário. Caso sejam descumpridas as cláusulas negociadas, a PGFN deverá realizar nova inscrição em Dívida Ativa dos créditos inadimplidos.
(D) Na transação, a PGFN possui maior flexibilidade de negociação do que nos parcelamentos, sendo estabelecidas concessões mútuas entre a União e os contribuintes.

8ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

8. Julgue os itens abaixo sobre Cautelar Fiscal prevista na Lei nº 8.397/1992:

- (A) Pode ser proposta pela Fazenda Pública ou pelos contribuintes, quando a tutela de urgência se referir a questões tributárias.
(B) Objetiva frustrar atos que dificultem ou impeçam a satisfação do crédito tributário e, em algumas hipóteses, pode ser deferida mesmo antes da constituição do crédito tributário.
(C) Foi revogada tacitamente pelo Código de Processo Civil, tendo em vista que essa legislação disciplinou exaustivamente as tutelas de urgência.
(D) O acolhimento da tese de prescrição ou decadência do crédito tributário no âmbito da Cautelar Fiscal não impede a rediscussão da matéria na execução fiscal.

9ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

9. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

- (A) insere-se na categoria de órgão auxiliar da Justiça.
(B) pode ser classificada como órgão do Poder Judiciário.
(C) integra a advocacia pública, uma das funções essenciais à Justiça.
(D) constitui um Ministério do Poder Executivo.

10ª Questão. Múltipla Escolha. Apenas uma resposta correta. Valor: 1 ponto

10. De acordo com a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73/1993), NÃO compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

- (A) prestar consultoria às autarquias federais e fundações públicas mantidas pela União, assim como representá-las em juízo.
(B) representar a União nas causas de natureza fiscal.
(C) representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário.
(D) apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributário, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial.